

Ata da definição dos Critérios de avaliação

Abertura de Procedimento Concursal Comum com vista à ocupação de 1 (um) posto de trabalho para a Carreira e Categoria de Técnico Superior em Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado – Licenciatura na Área de Economia/ Gestão de Empresas / Finanças/ Administração Pública

---

DATA 11/06/2024

---

Aos onze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e quatro, reuniu, o Júri do procedimento Concursal supra identificado, nomeado por despacho do Senhor Secretário Executivo da CIM do Médio Tejo, datado de vinte e dois de maio de dois mil e vinte e quatro, cuja composição e identificação seguidamente se enumera – Presidente: Jorge Manuel Salgado Simões, Secretário Intermunicipal da CIMT; 1º Vogal Efetivo: Sónia Filipa Martins dos Santos, Chefe da Equipa Multidisciplinar da Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa - Gestão da Contratualização, que substituirá o Presidente do júri nas suas faltas e impedimentos; 2º Vogal Efetivo: Carla Maria de França Pereira Grácio, Chefe da Equipa Multidisciplinar da Unidade de Planeamento Estratégico e Projetos Intermunicipais; 1º Vogal Suplente: Cristina Maria Pereira Ricardo Diogo, Técnica Superior; 2º Vogal Suplente: Paula Cristina Morais Fernandes, Técnica Superior. -----

-----

Estando presentes o Presidente e as Vogais Efetivas do Júri, deu-se início à reunião, que tem por finalidade proceder à fixação dos parâmetros de avaliação, a sua ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final de cada método de seleção, conforme previsto no n.º 2 do artigo 9º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, para a ocupação do posto de trabalho identificado em epígrafe, cujas funções a exercer são as inerentes à categoria, constantes no anexo à LTFP, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho, às quais corresponde o grau 3 de complexidade funcional, com a seguinte caracterização: “Apoio na elaboração e submissão de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Acompanhamento técnico e financeiro das candidaturas aprovadas, no âmbito de Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio a nível nacional; Elaboração de pareceres técnicos relacionados com a análise, acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiro e/ou processual (direito comunitário, fiscal, do trabalho, da contratação pública, entre outros); Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de candidaturas aprovadas e em execução; Gestão financeira e administrativa de projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou programas/linhas de apoio a nível nacional, incluindo, submissão de pedidos de pagamento, controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e/ou nacionais, acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades parceiras nos projetos e desenvolvimento de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços; Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais; Apresentação de propostas de projetos intermunicipais a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional; Apoio no desenvolvimento de serviços partilhados de compras públicas na região do Médio Tejo (Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CC-CIMT), nomeadamente, condução de processos negociais, apoio às Entidades Aderentes na adesão aos serviços da CC-CIMT e cobrança de remunerações; Apoio à gestão financeira da CIM Médio Tejo”. -----

-----

Ata da definição dos Critérios de avaliação

Nestes termos, o Júri deliberou por unanimidade, que os requisitos Habilitacionais deverão ser: -----

. Licenciatura na Área de Economia (CNAEF 314) / Gestão de Empresas (CNAEF 345) / Finanças (CNAEF 343) / Administração Pública. -----

Assim, e tendo em conta todas as regras e tramitações legais a que está sujeito o procedimento concursal comum para a administração pública, os métodos de seleção a aplicar serão os estipulados nos números 1 e 2 do artigo 36º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, doravante designada por LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, conjugado com os artigos 17º e 18º da Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, doravante designada por portaria, tendo o júri deliberado, por unanimidade, fixar o seguinte: -----

**A.** Para os candidatos abrangidos pelo n.º 1 do artigo 36º da LTFP - candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, **que não se encontrem** no cumprimento ou execução da atribuição, competência ou atividade caracterizadoras do posto de trabalho descrita no aviso de abertura, ou candidatos com relação jurídica de emprego público a termo ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, como métodos de seleção obrigatórios: -----

**1. Prova Escrita de Conhecimentos (PEC)** -----

**2. Avaliação Psicológica (AP)** -----

E como método de seleção facultativo: -----

**3. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** -----

**B.** Para os candidatos abrangidos pelo n.º 2 do artigo 36º da LTFP - candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, **e que se encontrem no cumprimento e execução de atribuição, competência ou atividade caracterizadora do posto de trabalho** descrita no aviso de abertura, bem como para os candidatos em situação de requalificação que, imediatamente antes, tenham desempenhado aquela atribuição, competência ou atividade, como métodos de seleção obrigatórios: -----

**4. Avaliação Curricular (AC)** -----

**5. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC)** -----

Salvo se os candidatos referidos em B os tiverem afastado, por escrito, conforme o n.º 3 do artigo 36º da LTFP. -----

Atendendo à celeridade que importa conferir ao presente procedimento concursal, fundamentado na urgência no provimento do posto de trabalho, de acordo com o disposto no artigo 19º da Portaria, a aplicação dos métodos de seleção será faseada, sendo o primeiro método de seleção obrigatório aplicado à totalidade dos candidatos. A aplicação do segundo método e dos métodos seguintes é apenas efetuada a parte dos candidatos aprovados no método imediatamente anterior, a convocar por conjuntos sucessivos de 10 candidatos, por ordem decrescente de classificação, respeitando a prioridade legal da sua situação jurídica-funcional, até à satisfação das necessidades. -----

Por cada método de seleção serão utilizados os seguintes critérios de apreciação e ponderação dos fatores de avaliação: -----

**1. Prova Escrita de Conhecimentos (PEC)** -----

A prova escrita de conhecimentos está prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 36º da LTFP, aprovada pela Lei 35/2014, de 20 de junho e alínea a) do n.º 1 do artigo 17º da Portaria, visa avaliar os conhecimentos académicos e, ou, profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, bem como avaliar o adequado conhecimento e utilização da língua portuguesa. -----

A prova escrita de conhecimentos é de realização individual, de natureza teórica, com duração de 90 minutos, com consulta da legislação, a qual não poderá conter qualquer anotação, e incidirá sobre assuntos de natureza genérica e específica, diretamente

Ata da definição dos Critérios de avaliação

relacionados com as exigências da função. Não é permitida a consulta de documentação em formato digital nem será permitido o uso de meios eletrónicos, nomeadamente computadores, tablets, telemóveis, etc, durante a realização da prova de conhecimentos. -

Os candidatos deverão comparecer à realização da Prova de Conhecimentos 15 minutos antes da hora marcada, sendo atribuída uma tolerância de 10 minutos para eventuais atrasos, após o início da mesma. -----

A Prova escrita de conhecimentos é valorada numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, versando sobre a seguinte legislação: -----

- . Constituição da República Portuguesa; -----
- . Lei n.º 75/2013, de 12/09 – Estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais; -----
- . Lei n.º 73/2013, de 03/09 - Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais; -----
- . Lei n.º 77/2015, de 29/07 - Organização dos Serviços das Entidades Intermunicipais e Estatuto do Pessoal Dirigente; -----
- . DL n.º 4/2015, de 07/01 - Aprova o Código do Procedimento Administrativo; -----
- . DL n.º 18/2008, de 29/01 - Aprova o Código dos Contratos Públicos; -----
- . Lei 35/2014, de 20/06 – Lei Geral do Trabalho em Funções; -----
- . Lei 7/2009, de 12/02 - Código do Trabalho; -----
- . Regulamento Interno da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Regulamento n.º 246/2020, publicado na II Série do Diário da República n.º 54 de 17/03; -----
- . DL n.º 192/2015, de 11/09 - Aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas; -----
- . Lei n.º 151/2015, de 11/09 - Lei de Enquadramento Orçamental; -----
- . DL n.º 54-A/99, de 22/02 - Aprova o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL); -----
- . REGULAMENTO (UE) 2021/1058 DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO de 24/06/2021 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e ao Fundo de Coesão; -----
- . Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020 de 13/11/2020 que estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021 -2027; -----
- . Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020 de 13/11/2020 que aprova a Estratégia Portugal 2030; -----
- . Resolução do Conselho de Ministros n.º 131-A/2021 de 10/09/2021 que aprova os projetos transformadores das economias locais para a revitalização da região do Pinhal Interior; -----
- . DL n.º 20-A/2023, de 22/03 - Estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027. -----

Devem ser consideradas todas as atualizações e alterações que, entretanto, venham a ser efetuadas à legislação indicada, até à data da realização da prova de conhecimentos. -----

A prova será constituída por três grupos: -----

- . O primeiro é composto por 6 questões - verdadeiro ou falso, sendo cada uma valorada em 1 valor; -----
- . O segundo é composto por 4 questões de escolha múltipla, sendo cada uma valorada em 0,5 valores; -----
- . O terceiro é composto por 2 questões de desenvolvimento, em que o candidato escolhe apenas uma, valorada em 12 valores, de acordo com os seguintes critérios: -----

Ata da definição dos Critérios de avaliação

<b>Grupo I</b>	
Questões Verdadeiro ou Falso	
Indicação de verdadeira	1
Indicação de Falsa	0,5
Correção de Falsa	0,5
<b>Subtotal</b>	<b>6 * 1 = 6 valores</b>
<b>Grupo II</b>	
Questões de Escolha Múltipla	
Resposta certa	0,5
<b>Subtotal</b>	<b>4*0,5 = 2 valores</b>
<b>Grupo III</b>	
2 Questões de desenvolvimento	<b>1 = 12 valores</b>
<b>Expressão e Lógica de raciocínio</b>	<b>Conhecimento Técnico</b>
Capacidade de expressão, fluência verbal, forma articulada, coerente e sistemática de apresentação de ideias.	Conhecimento da matéria, apresentando de forma adequada e aprofundada o desenvolvimento do tema, de acordo com o enquadramento legal, normativo e estratégico, mencionando-os na resposta.
3	9
<b>Total</b>	<b>20 valores</b>

A Prova de Conhecimentos terá caráter eliminatório do procedimento para os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores. -----

**2. Avaliação Psicológica (AP)** -----

A Avaliação Psicológica, está prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 36º da LTFP, e alínea b), n.º 1 do artigo 17º da Portaria, visa avaliar aptidões, características de personalidade e ou competências comportamentais dos candidatos, tendo como referência o perfil de competências previamente definido, podendo comportar uma ou mais fases. -----

A Avaliação Psicológica tem como referência o seguinte perfil de competências: a) Orientação para Resultados; b) Planeamento e Organização; c) Conhecimentos Especializados e Experiência; d) Adaptação e melhoria contínua; e) Trabalho de Equipa e Cooperação. -----

A Avaliação Psicológica é avaliada através das menções classificativas de Apto e Não Apto, sendo causa de exclusão a obtenção pelo candidato da menção de "Não Apto", e será efetuada por entidade externa competente para esse efeito, sendo garantida e observada a privacidade dos elementos resultantes perante terceiros que não o próprio candidato. ---

**3. Entrevista de Avaliação de Competências (EAC):** -----

A Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) está prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 36º da LTFP, e alínea d), n.º 1 do artigo 17º da Portaria, visa obter informações sobre comportamentos profissionais diretamente relacionados com as competências consideradas essenciais para o exercício da função. -----

O método permitirá uma análise estruturada da experiência, qualificações e motivações profissionais, através de descrições comportamentais ocorridas em situações reais e vivenciadas pelo candidato. -----

A preparação e aplicação do método será realizada por técnico credenciado, de gestão de recursos humanos, com formação adequada. Para esse efeito será elaborado um guião de entrevista composto por um conjunto de questões diretamente relacionadas com o perfil de competências definido, associado a uma grelha de avaliação individual contendo a indicação das competências avaliadas, nível atingido em cada uma delas e a fundamentação do resultado obtido, sendo avaliada numa escala de 0 a 20 valores, expressa até às centésimas. -----

Perfil de Competências a avaliar: C1 - Orientação para Resultados; C2 - Planeamento e Organização; C3 - Conhecimentos Especializados e Experiência; C4 - Adaptação e

Ata da definição dos Critérios de avaliação

melhoria contínua; C5 - Trabalho de Equipa e Cooperação (em anexo). -----

Cada competência será avaliada de acordo com a exploração dos comportamentos associados, baseados nas questões do guião, fundamentada na quantificação das respostas que evidenciam a presença ou ausência dos mesmos. -----

A avaliação da Entrevista de Avaliação de Competências (EAC) resultará da valoração das 5 competências essenciais do perfil profissional do posto de trabalho a ocupar, sendo avaliada, cada uma, numa escala de 0 a 20 valores, de acordo com a seguinte fórmula:  $EAC = (C1 + C2 + C3 + C4 + C5) / 5$  -----

Critérios de Avaliação: -----

Fundamentação da Classificação	Valoração
Competência não demonstrada. O candidato não revela comportamentos associados à competência.	0 valores
Competência demonstrada a um nível insuficiente. O candidato revela poucos comportamentos associados à competência, apresentando dificuldade em relacioná-los com situações reais, já vivenciadas.	1 a 4 valores
Competência demonstrada a um nível reduzido. O candidato revela a adoção de alguns comportamentos associados à competência, dando alguns exemplos diretamente relacionados com a sua experiência, no entanto sem grande aprofundamento..	5 a 9 valores
Competência demonstrada a um nível suficiente. Os exemplos apresentados, diretamente relacionados com a experiência do candidato, são expostos de forma adequada e evidenciam a adoção da maioria dos comportamentos considerados fundamentais para o exercício de funções no posto de trabalho a ocupar.	10 a 15 valores
Competência demonstrada a um nível elevado. Os exemplos apresentados, diretamente relacionados com a experiência do candidato, evidenciam de forma clara e inequívoca a adoção de todos os comportamentos considerados fundamentais para o exercício de funções no posto de trabalho a ocupar.	16 a 20 valores

**4. Avaliação Curricular (AC)** -----

A avaliação curricular está prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 36º da LTFP, e alínea c), número 1 do artigo 17º da Portaria, visa aferir os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, entre os quais: -----

Habilitação Académica – HA; -----

Formação Profissional – FP; -----

Experiência Profissional – EP; -----

Avaliação de Desempenho – AD. -----

A avaliação curricular de carácter eliminatório, é expressa numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, sendo a classificação obtida através da média aritmética simples ou ponderada das classificações dos elementos a avaliar, apurada de acordo com a seguinte fórmula: -----

**$AC = (10\%HA) + (35\%FP) + (45\%EP) + (10\%AD)$**  -----

Ata da definição dos Critérios de avaliação

Para a valoração dos diversos subfactores serão usados os seguintes critérios: -----

**HA = Habilitação Académica** ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes, onde se pondera a titularidade de um grau académico superior: -----

Licenciatura Pós Bolonha – 16 valores; -----

Licenciatura Pré Bolonha – 18 valores; -----

Mestrado Pós Bolonha – 18 valores; -----

Mestrado Pré Bolonha – 20 valores; -----

Doutoramento – 20 valores. -----

**FP = Formação Profissional:** considerar-se-ão as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função a concurso, de acordo com as seguintes ponderações e com o limite de 20 valores: -----

Sem participação em ações de formação: 0 valores; -----

Com ações de formação até 35 horas: 10 valores; -----

Com ações de formação superior a 35 até 70 horas: 12 valores; -----

Com ações de formação superior a 70 até 140 horas: 14 valores; -----

Com ações de formação superior a 140 horas até 300 horas: 16 valores; -----

Com ações de formação superior a 300 horas até 400 horas: 18 valores; -----

Com ações de formação superior a 400 horas: 20 valores -----

Quando o certificado de formação não referir o número de horas de formação, considerar-se-ão 7 horas por dia. -----

**EP = Experiência Profissional:** incidindo sobre o desempenho efetivo de funções na área funcional do posto de trabalho a concurso e grau de complexidade da mesma: -----

Sem Experiência profissional – 8 valores; -----

Experiência profissional inferior a 1 ano – 10 valores; -----

Experiência profissional igual ou superior a 1 ano e inferior a 3 anos – 12 valores; -----

Experiência profissional igual ou superior a 3 anos e inferior a 6 anos – 14 valores; -----

Experiência profissional igual ou superior a 6 anos e inferior a 9 anos – 16 valores; -----

Experiência profissional igual ou superior a 9 anos e inferior a 12 anos – 18 valores; -----

Experiência profissional igual ou superior a 12 anos – 20 valores. -----

Só será contabilizado como tempo de experiência profissional (em anos completos) o correspondente ao desempenho de funções na área de atividade inerentes à categoria a contratar, que se encontre devidamente comprovado. -----

**AD = Avaliação de Desempenho:** em que se pondera a avaliação de desempenho qualitativa, relativa ao último período avaliativo, não superior a três anos, em que o candidato cumpriu ou executou atribuição, competência ou atividade idênticas às do posto de trabalho a ocupar, nos termos do SIADAP, de acordo com a seguinte classificação: -----

Desempenho Inadequado – 8 valores; -----

Desempenho Adequado – 14 valores; -----

Desempenho Relevante – 16 valores -----

Reconhecimento de Excelente – 20 valores. -----

O júri deliberou atribuir a pontuação de 10 valores aos candidatos que, por razões que não lhe sejam imputáveis, não possuam avaliação do desempenho relativa ao período a considerar, nos termos acima. -----

Cada um dos métodos de seleção é eliminatório sendo excluídos do procedimento os candidatos que obtiveram uma valoração inferior a 9,5 valores ou obtenha um juízo de Não Apto num dos métodos ou fases, bem como os que não compareçam a qualquer um dos métodos de seleção, não lhes sendo aplicado o método ou fase seguintes, nos termos do n.º 4 do artigo 21º da Portaria. -----

Ata da definição dos Critérios de avaliação

**Ordenação Final (OF)**

A Ordenação Final dos candidatos que completem o procedimento, com aprovação em todos os métodos de seleção aplicados, é efetuada por ordem decrescente da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção, expressa numa escala de 0 a 20 valores, considerando-se a valoração até às centésimas, de acordo com as seguintes fórmulas:

Para os candidatos referidos em A:  $OF = (70\%PEC) + (AP) + (30\%EAC)$

Para os candidatos referidos em B:  $OF = (60\%AC) + (40\%EAC)$

Em que:

---- OF = Ordenação Final;

---- PEC = Prova Escrita de Conhecimentos;

---- AP = Avaliação Psicológica;

---- AC = Avaliação Curricular;

---- EAC = Entrevista de Avaliação de Competências;

A lista de ordenação final dos candidatos aprovados é unitária, ainda que, no mesmo procedimento, lhes tenham sido aplicados diferentes métodos de seleção, efetuando-se o recrutamento respeitando a prioridade que decorre da regra geral prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP, na qual é consagrado o princípio de que o recrutamento efetua-se pela ordem decrescente da ordenação final dos candidatos colocados em situação de valorização profissional (requalificação) e, esgotados estes, dos restantes candidatos.

Nos termos do n.º 3 do artigo 23.º da Portaria, a lista de ordenação final é elaborada no prazo de 10 dias úteis, após a realização do último método de seleção.

A tramitação do procedimento concursal e a aplicação dos métodos de seleção é realizada preferencialmente por meios eletrónicos, de acordo com o disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 37.º da LTFP, conjugado com o n.º 1, artigo 6.º da Portaria.

Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 24.º Portaria, bem como noutras disposições legais aplicáveis.

Tendo em conta o preceituado no artigo 38.º da LTFP, a posição remuneratória de referência será de 1.385,99€ (mil trezentos e oitenta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), correspondente à 1.ª posição remuneratória, nível 16 da carreira e categoria de Técnico Superior, da tabela remuneratória Única.

As presentes deliberações foram tomadas por unanimidade, e não havendo mais nada a tratar foi encerrada a reunião, do que para se constar se lavrou a presente ata que depois de lida vai ser assinada por todos os membros do Júri do presente procedimento concursal.

<b>O Presidente do Júri</b>	<b>Os Vogais</b>	
Jorge Manuel Salgado Simões	Sónia Filipa Martins dos Santos	Carla Maria de França Pereira Grácio

Ata da definição dos Critérios de avaliação

**Anexo I**

**Perfil de competências – Técnico Superior**

Para efeitos de aplicação do método de seleção Entrevista de Avaliação de Competências no Procedimento Concursal supramencionado, de acordo com a caracterização do posto de trabalho a ocupar, resulta o seguinte Perfil Profissional:

**Caracterização do Posto de Trabalho:**

O posto de trabalho em questão, é para desempenho de funções, na Estrutura de Apoio Técnico e Modernização Administrativa, correspondente à Carreira e Categoria de Técnico Superior, com grau 3 de complexidade funcional, sendo exigida a titularidade de licenciatura na Área de Economia/ Gestão de Empresas / Finanças/ Administração Pública.

**Funções a exercer:**

- Apoio na elaboração e submissão de candidaturas intermunicipais a apresentar no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional;
- Acompanhamento técnico e financeiro das candidaturas aprovadas, no âmbito de Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio a nível nacional;
- Elaboração de pareceres técnicos relacionados com a análise, acompanhamento e controlo de candidaturas, nos aspetos financeiro e/ou processual (direito comunitário, fiscal, do trabalho, da contratação pública, entre outros);
- Utilização de aplicações informáticas específicas para a gestão processual, financeira e de controlo de candidaturas aprovadas e em execução;
- Gestão financeira e administrativa de projetos intermunicipais desenvolvidos no âmbito de fundos e programas comunitários e/ou programas/linhas de apoio a nível nacional, incluindo, submissão de pedidos de pagamento, controlo contabilístico das contrapartidas comunitárias e/ou nacionais, acompanhamento dos trabalhos junto dos municípios e entidades parceiras nos projetos e desenvolvimento de processos de contratação pública para aquisição de bens e serviços;
- Desenvolvimento de mecanismos para apoio na gestão física e financeira de controlo das atividades dos projetos intermunicipais;
- Apresentação de propostas de projetos intermunicipais a Fundos Comunitários e/ou a outros Programas/ Linhas de Apoio de âmbito nacional;
- Apoio no desenvolvimento de serviços partilhados de compras públicas na região do Médio Tejo (Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo - CC-CIMT), nomeadamente, condução de processos negociais, apoio às Entidades Aderentes na adesão aos serviços da CC-CIMT e cobrança de remunerações;
- Apoio à gestão financeira da CIM Médio Tejo.



Ata da definição dos Critérios de avaliação

**Perfil de Competências**

As competências comportamentais consideradas essenciais para o exercício da função e os comportamentos associados são:

<b>Competências</b>	<b>Comportamentos</b>
<p><b>ORIENTAÇÃO PARA RESULTADOS:</b> Capacidade para concretizar com eficácia e eficiência os objetivos do serviço e as tarefas que lhe são solicitadas.</p>	Estabelece prioridades na sua ação, conseguindo, em regra, centrar-se nas atividades com maior valor para o serviço (atividades – chave);
	Compromete-se, em regra, com objetivos exigentes, mas realistas e é perseverante no alcançar das metas definidas;
	Realiza com empenho e rigor as tarefas ou projetos que lhe são distribuídos;
	Gere adequadamente o seu tempo de trabalho, preocupando-se em cumprir os prazos estipulados para as diferentes atividades.
<p><b>PLANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO:</b> Capacidade para programar, organizar e controlar a sua atividade e projetos variados, definindo objetivos, estabelecendo prazos e determinando prioridades.</p>	.Em regra é sistemático e cuidadoso na preparação e planeamento das suas tarefas e atividades;
	Planeia e organiza as atividades e projetos que lhe são distribuídos, de acordo com os recursos que tem à sua disposição;
	Realiza as suas atividades segundo as prioridades definidas e dentro dos prazos previstos;
	Reavalia frequentemente o seu plano de trabalho e ajusta-o às alterações imprevistas, introduzindo as correções consideradas necessárias.
<p><b>CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS E EXPERIÊNCIA:</b> Conjunto de saberes, informação técnica e experiência profissional, essenciais ao adequado desempenho das funções.</p>	Possui os conhecimentos técnicos necessários às exigências do posto de trabalho e aplica-os de forma adequada;
	Detém experiência profissional que permite resolver questões profissionais complexas;
	Preocupa-se em alargar os seus conhecimentos e experiência, de forma a desenvolver uma perspetiva mais abrangente dos problemas;
	Utiliza, na sua prática profissional, as tecnologias de informação e de comunicação com vista à realização de um trabalho de melhor qualidade.
<p><b>ADAPTAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA:</b> Capacidade de se ajustar à mudança e a novos desafios profissionais e de se empenhar no desenvolvimento e atualização técnica.</p>	Reage de forma positiva às mudanças, adaptando-se a novos contextos profissionais e mantendo um desempenho eficiente;
	Encara a diversidade de tarefas como uma oportunidade de evolução e desenvolvimento profissional;
	Reconhece habitualmente os seus pontos fracos e as suas necessidades de desenvolvimento e age no sentido da sua melhoria;
	Mantém-se atualizado através da pesquisa de informação e de ações de formação de reconhecido interesse para o serviço
<p><b>TRABALHO DE EQUIPA E COOPERAÇÃO:</b> Capacidade para se integrar em equipas de trabalho de constituição variada e gerar sinergias através de participação ativa.</p>	Integra-se bem em equipas de constituição variada, dentro e fora do seu contexto habitual de trabalho;
	Tem habitualmente um papel ativo e cooperante nas equipas e grupos de trabalho em que participa;
	Partilha informações e conhecimentos com os colegas e disponibiliza-se para os apoiar quando solicitado;
	Contribui para o desenvolvimento ou manutenção de um bom ambiente de trabalho e fortalecimento do espírito de grupo.